

O INTELLECTUAL NA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITALISMO

JOÃO ALBERTO DA COSTA PINTO¹

A presente comunicação procura dar uma notícia geral de procedimentos de pesquisa que venho desenvolvendo com alguns orientandos na pós-graduação em História da UFG e na graduação (bolsistas PIBIC). Trata-se de uma investigação estabelecida sobre um recorte temático: os intelectuais e a organização dos fundamentos da economia política brasileira num quadro cronológico que vai de 1870 a 1960. O tema como ponto demonstrativo das possibilidades heurísticas de um modelo historiográfico para a interpretação das bases ideológico-institucionais de alguns dos principais projetos de organização do capitalismo brasileiro. As premissas desse modelo centradas na investigação de alguns percursos intelectuais e suas correspondentes práticas ideológicas institucionalizadas (numa terminologia goldmanniana, visões de mundo em trajetórias intelectuais como práticas estruturantes de campos políticos de classe). Mais precisamente, uma abordagem das trajetórias de **André Rebouças, Francisco Paula Souza, Teodoro Sampaio, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos, Roberto Simonsen, Roberto Mange, Goés Monteiro, Edmundo Macedo Soares e Silva, Rômulo Almeida, Casimiro Montenegro Filho, Golbery Couto e Silva, Gilberto Freyre, Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodr e e Os ris Silva**. Tais trajet rias circunstanciadas a tr s recortes cronol gicos: I – 1870 / 1930; II – 1930 / 1945; III – 1945 / 1960, divididos em cinco temas de investiga o:

- 1) – Lutas abolicionistas e engenharias sociais para a organiza o do capitalismo brasileiro (Andr  Rebou as);
- 2) – Comiss rios, Gerentes e Engenheiros nos prim rdios da integra o do sistema produtivo capitalista brasileiro: a organiza o das Condi es Gerais de Produ o do capitalismo em S o Paulo (Teodoro Sampaio e Francisco Paula Souza);
- 3) – O Corporativismo do Estado “Restrito” como termo fundamental da organiza o nacional do capitalismo brasileiro – ideologias do *fascismo* brasileiro (Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos);

¹ Doutor em Hist ria pela UFF (2005) e Professor Adjunto na Faculdade de Hist ria da UFG.

4) – A “Democracia da Mais-valia absoluta”: Estado Nacional (Estado Restrito) como agente produtivo – as práticas institucionais do capitalismo corporativista brasileiro ou a organização das Condições Gerais de Produção para o desenvolvimento institucional do Estado Amplo (Empresas privadas): (Goés Monteiro [EMFA], Edmundo Macedo Soares e Silva [CSN], Roberto Simonsen [FIESP], Roberto Mange [SESI/SESC], Rômulo Almeida [ASSESSORIA ECONÔMICA/BNDE]), Casimiro Montenegro Filho [ITA/EMBRAER], Osíris Silva [EMBRAER];

5) – Estado “Restrito” e Estado “Amplo”: o corporativismo desenvolvimentista do capitalismo brasileiro nas práticas institucionais da Democracia da Mais-Valia Relativa – formas e práticas ideológico-institucionais de integração mundial no contexto da Guerra Fria (Golbery do Couto e Silva [ESG], Gilberto Freyre [FJNPS], Guerreiro Ramos [IBESP/ISEB]), Nelson Werneck Sodré (ISEB).

No argumento que proponho, as práticas ideológico-institucionais são aferidas historiograficamente sob inspiração teórico-metodológica do universo conceitual de João Bernardo (“Estado Amplo”; “Estado Restrito”; “Lei do Valor”; “Gestores”). O ponto mediador das leituras e interpretação de algumas das principais referências bibliográficas sobre o conjunto de obras e trajetórias individuais frente às suas determinações institucionais de classe está estruturado com o argumento teórico-metodológico de Lucien Goldmann (“Visões de Mundo”, “Máximo de Consciência Possível” e “Estruturas Significativas”). Percursos biográfico-institucionais junto a reflexões sobre a produção intelectual como elementos de síntese explicativa para uma tentativa de apreensão conceitual das realidades ideológicas das classes dominantes (Gestores e Burguesia) quando da processualidade organizatória dos fundamentos institucionais da revolução capitalista brasileira (1870 – 1960). A intervenção pública do intelectual (*Intelligentsia*) como expressão síntese da visão de mundo na construção das práticas ideológicas de classe. Enfim, a produção teórica não apenas como produção para a formação de um campo de conhecimento específico (Historiografia, Antropologia, Economia, Direito, Sociologia), mas como produção social de projetos políticos de classe e expressão síntese da totalidade dos conflitos institucionais das classes sociais na organização do capitalismo brasileiro. E como resultado fundamental da proposta a sugestão de uma operacionalização historiográfica que demarque a *visão de mundo tecnocrática* como expressão ideo-política dos Gestores como classe

dominante na revolução capitalista brasileira. Tais elementos de trabalho é que nos justificam nesta comunicação a problematização do intelectual na organização produtiva do capitalismo.

É um truísmo dizer que todas as sociabilidades dos indivíduos no capitalismo são expressão de relações sociais objetivadas em práticas institucionalizadas, a ação social do indivíduo sempre como uma ação constituidora de práticas institucionais. O óbvio da afirmação, contudo, ressalva uma proposição da maior importância: “a prática de um indivíduo social não é a integralidade das suas ações, mas a institucionalização em que essas ações se processam” (BERNARDO, 1977 [III], 126). Nesse sentido, para o historiador o fato social deveria sempre ser indagado como um processo de descoberta das materialidades institucionais que comportam em si, como sua marca ontológica, as determinações estruturantes da ação social dos indivíduos, grupos e classes sociais, a assertiva de que só na institucionalidade das relações sociais é que o historiador poderá encontrar o sentido identitário dos sujeitos indagados, e na questão que aqui apresento – identidade do intelectual – só se faz historicamente possível dentro da materialidade institucional que condiciona sua práxis e, mais precisamente, para esta ocasião, dentre os nomes indicados, ressaltarei muito rapidamente a trajetória de um engenheiro militar (refiro-me a Edmundo de Macedo Soares e Silva nas décadas de 1930 e 1940) como expressão institucional de uma prática intelectual integralmente voltada para a organização produtiva do capitalismo brasileiro.

O fato histórico fundamental do capitalismo é a prática institucional da exploração, assim, é da produção e realização da mais-valia que se constrói todo o edifício institucional do capitalismo. Capitalismo é um modo de produção de integração, todas as realidades sociais de uma formação social capitalista estão integradas ao seu vértice fundamental: a exploração da força de trabalho, não existe nenhuma materialidade socialmente institucionalizada fora desse espectro totalizante. Se a universalidade capitalista está estruturada com a exploração da força de trabalho assalariada, então a realidade histórica fundamental das sociabilidades capitalistas é sempre mediada pela lógica do conflito e da luta de classes sociais.

A expropriação da mais-valia na esfera produtiva e a sua conseqüente realização na esfera da circulação opõem estruturalmente três classes sociais: de um lado a força de trabalho assalariada submetida à lógica da exploração; e do outro lado, a burguesia e os

gestores organizando a lógica da exploração. Cumpre sempre ressaltar que “as classes sociais não são passíveis de definições substantivas, mas apenas relacionais” (BERNARDO, 2009: 269) e sendo assim cada classe só pode se definir através do confronto com as demais (BERNARDO, 2009: 269). Asseverar a faticidade estruturante da mais-valia é antes de tudo afirmar um princípio de realidade institucional totalizante na percepção das relações sociais na História do capitalismo, e não há aqui qualquer suposto reducionista em que pesem os argumentos aparentemente economicistas.

Do período de 1930 a 1960, quando as *condições gerais de produção* (o termo é de João BERNARDO [1977 e 2009]) do capitalismo brasileiro foram definitivamente percebidas como programa de desenvolvimento a nível nacional pelo *Estado Restrito* (BERNARDO, 1977 e 2009) em processo iniciado já no primeiro governo Vargas (1930 – 1945), estruturou-se também a consolidação gradativa do *Estado Amplo* (BERNARDO, 1977 e 2009), com as empresas nacionais integradas ao capital internacional, fato que se evidenciou de modo contundente a partir da década de 1950. Nesse processo histórico, a presença do *Engenheiro* se fez paradigmática na sistematização do planejamento e administração do capitalismo brasileiro (assim como os economistas, os juristas e outras categorias de “especialistas” de organizadores institucionais do capitalismo).

O universo da exploração da força de trabalho e dos imperativos da lógica do valor de troca demarca tanto a institucionalidade da produção e realização da mais-valia como a definição histórica da relação institucional de duas classes dominantes, a Burguesia e os Gestores (proprietários e controladores). Nesse sentido, tenho como suposto o fato de que sob as sociabilidades de uma formação social capitalista, os indivíduos vêm-se contingenciados pelas determinações da esfera produtiva ora como proprietários dos meios de produção (burguesia), ora como organizadores e controladores institucionais da exploração frente ao processo produtivo (gestores) ou como força de trabalho sob exploração (força de trabalho assalariada).

Quase sempre o trabalho intelectual é institucionalmente vinculado à reprodução material da superestrutura ou à organização tecnológica da produção, e dessas práticas é comum aferir-se a realidade do trabalho intelectual como algo determinado pela ação institucional individualizada. O engenheiro, por exemplo, dentro dos escritórios de uma empresa carregaria em si, na prática específica de seu trabalho, uma suposta autonomia

no controle de seu tempo de trabalho, nesse sentido haveria nesse trabalho “individual” do intelectual uma presumida autonomia relativa diante das determinações específicas de cada classe social frente à imediata reprodutibilidade material da sociedade, melhor dizendo, um profissional que é assalariado pela mais-valia como resultado da exploração da força de trabalho e que se organiza como um profissional assalariado com funções institucionais de direção, alguém que a partir de si mesmo não se pensa como trabalhador assalariado, alguém que “instruí” o capitalista proprietário dos meios de produção, enfim, alguém que se pensa como expressão “autônoma” frente ao processo que organiza e reproduz como estrutura.

Em termos gerais e para uma caracterização comum às formações sociais capitalistas, os intelectuais dentro dos espaços institucionais de reprodução ideológica da sociedade, vêm-se diante de confrontos de interesses demarcados como se fossem interesses próprios, individuais. Como é uma categoria social que define o seu trabalho quase sempre como expressão de sua vontade individual, dentro desses espaços institucionais (Institutos de Pesquisa, Departamentos Universitários, Agências de Fomento, Laboratórios de Pesquisa, etc) constituem-se e determinam-se campos de interesses que de imediato logo se tornam o máximo de “mundo real” dos indivíduos intelectuais, ou seja, uma expressão de sociabilidade determinada pelas imediatas contingências institucionais, significados e valores de uso de cada indivíduo no máximo que pode alcançar de hegemonia dentro desse mesmo campo de interesses. Em suma, os intelectuais enfrentando-se como indivíduos em luta pelo controle da esfera institucional a que estão envolvidos, os intelectuais acreditando que produzem trabalho concreto, como marca desalienada de sua autopromovida produção, os intelectuais definindo suas presumidas identidades em situações de “confronto” com a alteridade das práticas institucionais dos seus pares. Contudo, essa é uma perspectiva reducionista pela sua frágil composição fenomenológica.

A questão historiográfica fundamental para se pensar a institucionalidade do intelectual no capitalismo é a de se saber qual o seu papel no fundamento ordenador das sociabilidades capitalistas, enfim, perceber que papel institucional tem o intelectual diante da exploração da força de trabalho, na organização da produção e na realização da mais-valia, pensar, portanto o papel intrínseco da função do intelectual como gestor-organizador e controlador da produção capitalista.

Em todas as experiências nacionais de capitalismo e nos derivados processos de globalização produtiva integrada, sempre estiveram presentes historicamente duas classes dominantes, a burguesia e os gestores². Retomo João Bernardo quando afirma: “Defino a burguesia em função do funcionamento de cada unidade econômica enquanto unidade particularizada. Defino os gestores em função do funcionamento das unidades econômicas enquanto unidades em relação com o processo global. Ambas são classes capitalistas porque se apropriam da mais-valia e controlam e organizam os processos de trabalho. Encontram-se, assim, do mesmo lado na exploração, em comum antagonismo com a classe dos trabalhadores” (BERNARDO, 2009: 269). Para dar melhor sentido ao argumento, o autor enfatiza que “(...) é pela *oposição-relação* que entre si estabelecem que [burgueses e gestores] se definem como classes capitalistas distintas” O que caracteriza a ação dos burgueses é a organização produtiva empresarial dos “processos particularizados e fazem-no de modo a que esta particularização se reproduza. Ao passo que os **gestores** organizam processos decorrentes do funcionamento econômico global e da relação de cada unidade com tal funcionamento. *A integração na globalidade econômica ocorre tanto no nível da organização da força de trabalho e do mercado de trabalho, de que se encarregam mais diretamente os departamentos de pessoal nas empresas e os gestores que dirigem os sindicatos burocratizados; como no nível da organização material dos processos produtivos; como no nível da organização do mercado dos produtos.* Em suma (...) a organização dos processos de trabalho e dos demais aspectos da vida econômica não é sinônimo de gestão. *A gestão caracteriza aqui apenas a organização de atividades em função do seu caráter integrado*” (BERNARDO: 1991, 203). E como consequência histórica desse processo de interrelações institucionais, João Bernardo afirma então que “o funcionamento do capitalismo supõe sempre uma integração global, de que apenas o grau e o âmbito são suscetíveis de variar. Por isso, mesmo no estágio inicial do modo de produção, qualquer UPP (Empresa Privada) [entra – J.A.] (...) em relação com outras e com as CGP [Condições Gerais de Produção]. É nesse relacionamento que as UPP (Empresas Privadas) têm também oferecido um campo de existência à classe dos gestores. (...) As CGP têm sempre sido (...) um campo privilegiado de existência dos gestores, em virtude

² Assevero neste argumento o conjunto das teses que a obra de João Bernardo apresenta como reflexão sobre a formação histórica do capitalismo (ver especialmente: BERNARDO, 1977, 2003 e 2009).

da oposição que lhes cabe no inter-relacionamento dos processos econômicos” (BERNARDO: 1991, 203 – 204). Concluiu a descrição do argumento do autor, asseverando com ele que“(…) quanto mais a economia se desenvolve e se integra, mais se consolidam os gestores, que nessa integração fundamentam precisamente a sua existência. São a classe capitalista que, contemporânea da gênese deste modo de produção, expande-se e reforça-se com o crescimento econômico, confundindo-se com ele o seu eixo de evolução” (BERNARDO: 1991, 216).

Para aqui melhor descrever essa distinção fundamental do gestor como classe dominante capitalista frente à burguesia e à classe operária, amplio o meu argumento seguindo novamente João Bernardo em trecho de um de seus primeiros livros que publicou em Portugal quando do ocaso da Revolução dos Cravos – Marx Crítico de Marx. João Bernardo citando uma passagem de *O Capital* (retirada do Livro 02 – “O processo de circulação do capital”), percebe que Marx assim descreveu o duplo aspecto da produção e realização da mais-valia:

“O capitalista conhece de forma prática o segredo da mais-valia ou a valorização do capital, como demonstram os seus atos e gestos durante o processo de produção, a caça desenfreada ao sobretrabalho. Porém (...) leva uma dupla vida: uma no segredo da sua oficina onde reina como senhor e chefe; a outra, abertamente, no mercado, onde é comprador e vendedor e onde se engalfinha com os seus iguais. Essa dupla vida origina no cérebro do capitalista uma dupla série de fenômenos nervosos e, por conseguinte, uma consciência dupla. (...) o capitalista tem de (...) deixar a esfera da produção e regressar à esfera da circulação. Se bem que a mais-valia seja produzida na esfera da produção, só é realizada (...) na esfera da circulação. (...) o capitalista confunde a criação da mais-valia com a sua transformação em ouro e prata (...) para quem o ouça, seria pelas suas canseiras na venda que se apropriava do trabalho alheio” (MARX, *O Capital*, livro 2, “o processo de circulação do capital” [versão francesa de Maximilien Rubel], citado por BERNARDO, 1977 – I, p. 124).

Junto a Marx, João Bernardo ressalva com o exemplo citado a necessária distinção entre a produção da mais-valia e a sua realização. “Cada produtor de mais-valia é um elo de uma cadeia, no qual a força de trabalho, ao mesmo tempo em que cria um novo valor, revivifica valores produzidos em atos precedentes, conservando-os assim” (BERNARDO, 2009: 244). Se o trabalho produtivo é “trabalho vivo atual que

cria e revivifica valores”, isto significa então “que é precisamente na produção de mais-valia que se realiza a mais-valia anteriormente criada” (BERNARDO, 2009: 245).

E nessa processualidade fundamental da institucionalização do capitalismo, qual seria, então, o papel do intelectual (de um engenheiro, por exemplo)? Minha hipótese é a de que o papel do intelectual é o de estabelecer em projeto as perspectivas futuras do sistema em realização, melhor dizendo, o intelectual (engenheiro) projeta a perspectiva futura das determinações do presente, seu papel institucional é sempre produtivo porque atua diante da integração tecnológica e organização em perspectiva (planejamento e controle), por essa característica é que afirmo que todo intelectual pode ser na sua essência institucional um gestor, um construtor de perspectivas organizacionais (engenheiros e economistas o são assim, fundamentalmente, mas também o são os professores, por exemplo). Seu locus produtivo agregado à ciência, seu produto científico estando intrinsecamente associado à produção como insumo, como *input* de determinado produto (Marx, nos seus *Grundrisse*, afirma-nos que no capitalismo “as invenções [científicas] se convertem num ramo da atividade econômica e a aplicação da Ciência à produção imediata torna-se um critério que a determina e a desenvolve”. Karl MARX – *Grundrisse* (1957 – 1858) apud TRAGTENBERG: 1974, 214, nota 32).

Vimos no exemplo descrito por Marx citado por João Bernardo, a ação alienada do burguês proprietário diante da realização de suas taxas de lucro, com a sua percepção empírica do fato econômico se estruturando na esfera da circulação das mercadorias, entretanto, como já afirmado, a faticidade concreta da realização da mais-valia está no seu ato de produção, pois é como produto que a mercadoria consolidada marca-se como a revivificação de outras mercadorias incorporadas como produtos (*outputs*) já produzidos (força de trabalho, componentes de bens de capital, insumos com tecnologias agregadas, etc). Ora, e sendo assim se analisarmos um processo produtivo de escala ampliada setorialmente integrada, como a produção de aço da CSN e da USIMINAS, ou a produção da força de trabalho para a produção de um avião para lembrar o complexo ITA/EMBRAER (e as trajetórias de engenheiros como o Casimiro Montenegro Filho e Osiris Silva), diante de exemplos institucionais como esses, quem nesse processo de produção poderia ser o organizador e/ou o sistematizador científico da mercadoria produzida, senão o gestor?

Tenho como hipótese que o processo produtivo capitalista só se erige com a presença dos gestores, o trabalho de organizar e agregar valores tecnológicos à mercadoria é de responsabilidade do gestor, raramente do burguês proprietário. Os procedimentos de organização produtiva são o *input* ideológico à domesticação da força de trabalho, nos procedimentos de produção e realização da mais-valia, intelectuais como os engenheiros demarcam a operacionalidade da *visão de mundo tecnocrática* como o sentido ideológico do real existente: a técnica e o cientificismo da organização como elementos de integração e de maximização da expropriação dos tempos produtivos da força de trabalho, esses procedimentos são partes fundamentais de realização da mais-valia, nesse sentido, reiterando os termos de Marx já apontados, toda ciência é sempre ciência para a produção, mas, além disso, quem detém na esfera produtiva o controle do saber tecnológico produtivo, o controle científico da racionalidade produtiva é também, inequivocamente, classe dominante.

Nesse sentido, no momento de constituição do arranque histórico das condições gerais do capitalismo brasileiro (1930 – 1950) os gestores foram a única classe dominante capitalista efetivamente nacional fazendo do Estado (na terminologia de João Bernardo, o *Estado Restrito*) a única instituição capitalista efetivamente nacional pelas possibilidades institucionais no alcance e poder de determinação gerencial produtiva sobre o território nacional, especialmente a partir de 1937. Foi a partir da ação institucional dos gestores no *Estado Restrito* e da sua locução internacional junto ao capitalismo monopolista que se puderam efetivamente estabelecer os supostos fundamentais das *Condições Gerais de Produção* no Brasil (a criação da Companhia Siderúrgica Nacional [CSN] é um exemplo máximo dessa capacidade de organização produtiva do Estado Restrito) e dessas práticas definiu-se a possibilidade estrutural para a ação produtiva das Empresas privadas (o *Estado Amplo*).

Fica evidente que a hipótese dos gestores como classe dominante capitalista apresenta-se aqui como um argumento antípoda aos vários modelos explicativos que dissertam sobre a Revolução de 1930, que definem o mesmo processo histórico como uma “revolução burguesa”, mas aqui não é esse ponto de interlocução com a historiografia que importa destacar. A hipótese dos gestores como classe dominante capitalista sustenta-se sob a premissa de uma investigação que tem como foco, não o Estado em si, como comumente é percebido apenas como “ator político” ou como

“palco-cenário político” da revolução capitalista em andamento, mas as *relações sociais de produção capitalista* que se constituíam com a economia política do processo em realização com o Estado diretamente vinculado à organização das condições gerais de produção.

A assertiva com que mobilizo minha argumentação é a de caracterizar a institucionalidade das práticas de gestão do Estado varguista como essencialmente tecnocrático-corporativistas, o edifício do *Estado Restrito* organizando pragmaticamente as condições gerais de produção capitalista no Brasil, o Estado como agente de produção.

A trajetória do engenheiro militar Edmundo de Macedo Soares e Silva é um exemplo paradigmático de trajetória intelectual institucionalizada diretamente associada ao controle e organização político-econômica das condições gerais de produção, sua ação foi essencial na montagem e operacionalização de um projeto capitalista no setor da indústria siderúrgica. Foi um gestor, um político, um engenheiro dos mais especializados em siderurgia no Brasil, e foi o mais importante articulador do processo de consolidação e organização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). No período de 1939 a 1941, fez várias viagens tanto à Alemanha para acertos com a Companhia Krupp (que fracassaram) como aos EUA, primeiro em Nova York onde acertou o empréstimo de 45 milhões de dólares com o Eximbank – para a montagem da CSN e depois a Cleveland onde passou vários meses acertando na sede da firma Arthur Mckee as tecnologias necessárias para a confecção operacional dos fornos da siderúrgica, firma essa que dirigiu a operacionalização de montagem técnica da CSN de 1942 a 1946³.

³ “As operações iniciais de consolidação técnica da CSN foram confiadas a Arthur G. Mckee and Company, a firma de engenharia norte-americana que projetou e instalou a usina. Em pouco tempo, o treinamento de pessoal qualificado e a sadia rivalidade entre engenheiros brasileiros e norte-americanos em busca de melhores técnicas de aprimoramento da mão-de-obra produziram resultados; em 1947, os brasileiros assumiram o controle. Os cargos da cúpula administrativa ficaram nas mãos dos engenheiros militares. Desde o início, os líderes militares isolaram a CSN das pressões políticas (*Macedo Soares sempre foi pragmático nesses procedimentos* – João Alberto), permitindo que ela alcançasse seus objetivos econômicos. A empresa não passou a ser dirigida como uma operação militar, nem os trabalhadores colocados sob disciplina militar: o objetivo era inequivocamente o crescimento industrial em geral e não a simples produção de armamentos. Em Volta Redonda, o Exército brasileiro desempenhou o papel tecnocrático que se havia atribuído na década dos trinta” (WIRTH, 1973: 106). Verena ALBERTI complementa: “As obras foram implementadas com cerca de 130 técnicos brasileiros, 50 norte-americanos e sete mil operários brasileiros, todos trabalhando no imenso canteiro de obras em que se transformou Volta Redonda, então distrito de Barra Mansa. Além de contribuir para o claro avanço da industrialização, a fundação da CSN em plena Segunda Guerra Mundial estava associada à produção de matéria-prima para a indústria bélica” (ALBERTI, 1999: 02).

Macedo Soares foi o diretor técnico-administrativo da CSN até 1946; a seguir foi governador do Estado do Rio de Janeiro; voltando à CSN como diretor presidente de 1954 a 1959, e também diretor-presidente da Acesita de 1952 a 1956 (concomitante com a direção da CSN); foi na década de 1960, vice-presidente no Brasil da Mercedes Benz, ministro da Indústria e Comércio no governo Costa e Silva e por fim, presidente da Mercedes Benz no Brasil. O fundamental nessa trajetória foi a sua importante participação na organização em 1932 da Escola de Engenharia do Exército, instituição fundamental na formação de quadros para a gestão do processo produtivo industrial em consolidação. E ainda dentro dos quadros do Exército participou da Escola de Engenharia do Exército e organizou a partir de 1937, os Conselhos Técnicos Militares (CTMs) onde estimulou sistematicamente no interior da corporação a necessidade de um processo virtuoso de industrialização no Brasil a partir de investimentos em setores estratégicos como a produção siderúrgica (AVELAR, 2008; SILVA, 1998). Um nacionalista positivista grande admirador de Alberto Torres e Oliveira Viana. Enfim, o que temos nesta trajetória? Um organizador de condições gerais de produção (a Escola de Engenharia e os CTMs), um engenheiro altamente especializado nas técnicas de fundição siderúrgica (vários cursos na França entre 1924 e 1928), um político de feições tecnocráticas em pleno fervor populista (governador do Estado do Rio de Janeiro), um dirigente das mais importantes companhias de siderurgia no Brasil (CSN e ACESITA) que primava a sua gestão desvinculada de atrelamentos políticos; o articulador em plano internacional (Alemanha e EUA) das demandas tecnológicas para o funcionamento da CSN. Exemplos cabais de um gestor, o principal articulador das redes de integração tecnológica ao setor produtivo siderúrgico. Seria possível diante de esta trajetória pensar a ação institucional do intelectual Macedo Soares apenas como uma expressão ideológica da burguesia industrial brasileira nas décadas de 1930 a 1950? Penso que não.

Complementando o argumento acima, veja-se nesta rápida passagem a palavra de um industrial em Volta Redonda, que na sua caracterização apresenta como termo descritivo a realidade dos gestores sob uma concepção tecnocrática de mundo como expressão ideológica de uma classe dominante capitalista, a *única* classe dominante capitalista efetivamente nacional no Brasil.

“Volta Redonda representou o início de uma nova era industrial. Foi o que afirmou Roberto Simonsen em 1942, ao conduzir 120 industriais paulistas numa peregrinação às instalações da Usina. Ciceroneados por Simonsen e Macedo Soares, os industriais cientificaram-se do impressionante resultado do planejamento estatal para a indústria pesada. (...) O relatório preparado pela FIESP endossou todos os objetivos econômicos, sociais e políticos consubstanciados em Volta Redonda. ‘Com estas conquistas’, disse um paulista (*o empresário Eduardo Jafet – Diretor do CIESP*), ‘o país atravessará períodos seguros de tranquilidade social que não é senão o fruto, o reflexo cristalino de um padrão de vida melhor’” (WIRTH: 1973, 106-107).

Nesta cena, figurantes expressivos da burguesia industrial passeando nos corredores da hegemonia institucional dos gestores e diante da colossal máquina capitalista que cimentava as condições gerais de produção do capitalismo brasileiro, que inventava uma cidade fordista como nunca nenhum empresário da burguesia nacional havia sonhado construir, diante das instalações de fundição da CSN local que haveria de matar por *leucopenia* centenas de trabalhadores envenenados pelo benzeno, eis que um desses empresários, Morvan Dias Figueiredo, diretor da FIESP, afirma entusiasticamente: “Em Volta Redonda, a grande cidade que surge, não haverá luta de classes”, pois lá, continua o industrial, “todos trabalharão para e pelo Brasil”, porque em Volta Redonda, com a CSN, nascia “um capitalismo com consciência social, sem lugar para atritos entre gerência e o trabalho. O trabalho receberia seu quinhão, dentro de um sistema social controlado, harmonioso e altamente estruturado” (Apud WIRTH, 1973: 107).

Nas palavras da burguesia industrial a consagração institucional dos gestores como a classe dominante capitalista por excelência, porque sua efetiva configuração institucional, a do controle e planejamento do processo produtivo tinha como resultantes práticas não só a intensificação da expropriação da mais-valia sobre a força de trabalho assalariada, mas também a organização da harmonia social para o não conflito de classes, e de práticas assim é que se podem definir os significados institucionais do trabalho intelectual no capitalismo.

Bibliografia.

ALBERTI, Verena. *A construção da grande siderurgia e o orgulho de ser brasileiro: entrevistas com pioneiros e construtores da CSN*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1999.

AVELAR, Alexandre de Sá. O Exército e o desenvolvimento industrial no Estado Novo: a formação do Círculo de Técnicos Militares. In revista *Militares e Política*, n° 02, Rio de Janeiro, pp. 62 – 80. Janeiro – Junho de 2008.

BERNARDO, João. *Marx crítico de Marx* (3 Volumes). Porto: Afrontamento, 1977.

BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PINTO, João Alberto da Costa. O percurso político do marxismo de João Bernardo (Portugal / França / Brasil: 1965 – 1991). *Atas do 6º Colóquio Internacional Marx e Engels, CEMARX – UNICAMP*, novembro de 2009. Consultar em [http://www.ifch.unicamp.br/cemarx/coloquio/Docs/gt2/Mesa3/o-percurso-politico-do-marxismo-de-joao-bernardo-\(portugalf.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/cemarx/coloquio/Docs/gt2/Mesa3/o-percurso-politico-do-marxismo-de-joao-bernardo-(portugalf.pdf)

SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. *O Ferro na história e na economia do Brasil*. Volta Redonda, RJ: Sidergráfica, 1972.

SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. *Um construtor do nosso tempo: depoimento ao CPDOC* (Lúcia Hippolito e Ignez Cordeiro de Farias [organizadoras]). Rio de Janeiro: IARTE – Impressos de Arte, 1998 (172 p.).

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Editora Ática, 1974.

WIRTH, John D. *A política do desenvolvimento na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1973.